

## **A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE CANGUÇU, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL**

Noemí Muller Iven da Silva\*

Jussara Mantelli\*\*

### **Resumo**

Este estudo aborda o comportamento sucessório na agricultura familiar do Município de Canguçu, Rio Grande do Sul, onde a continuidade dos filhos na atividade agrícola está relacionada à capacidade reprodutiva das propriedades constituídas estrategicamente por características heterogêneas cuja condição os insere diferentemente no mercado através de sua produção. A maior possibilidade sucessória foi observada nas propriedades com maior dinamismo de renda e a menor possibilidade sucessória ocorre em propriedades com produção diversificada, e baixa interação com o mercado, onde alguns integrantes da família buscam incrementar a renda com atividades externas. O comprometimento da continuidade agrícola de muitas propriedades do meio rural do município pela falta de sucessão é uma condição eminente que requer a reestruturação de estratégias por meio de políticas adequadas para o desenvolvimento agrícola local, para instigarem o interesse de muitos jovens pela profissão de agricultor.

**Palavras-chave:** Sucessão Familiar; Agricultura Familiar; Juventude Rural.

### **Abstract**

This study approaches succession behavior in the municipality of Canguçu, Rio Grande do

---

\* Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), integrante do Núcleo de Estudos Agrários e Culturais (ARCA/FURG). Correio eletrônico: ivendasilva@gmail.com

\*\* Docente de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), coordenadora do Núcleo de Estudos Agrários e Culturais (ARCA/FURG) e membro do Centro de Estudios Alexander von Humboldt. Correio eletrônico: jussaramantelli@furg.br



Sul. In that town the continuity of children in agriculture is related to the reproductive capacity of strategically established properties for heterogeneous characteristics. Such conditions insert them differently in the market through its production. The most possibility was observed in properties with greater dynamism of income represented by smoke and soy production and the less possibility of succession represents the properties with diversified production. However, in such cases there is no interaction with the market in which some family members seek to increase income from outside activities. The continuation of farming in many rural properties may be impaired in its existence by the lack of succession. It's something imminent that requires developing strategies through appropriate policies for local agricultural development by instigating the interest of many young people in farming profession.

**Keywords:** Family Succession; Family Farmers; Rural Youth.

## Introdução

O estudo aborda o comportamento sucessório na agricultura familiar, considerando ser essa uma variável que poderá contribuir na continuidade da reprodução das atividades agrícolas desenvolvidas no Município de Canguçu, Rio Grande do Sul, por meio das características da agricultura desenvolvida atualmente.

A evolução da agricultura brasileira nas últimas décadas trouxe em seu contexto novidades para o desempenho agrícola dentro de diferentes escalas produtivas, atingindo também o segmento que produz em menor escala, definido como setor da produção alimentar. É inegável que a modernização instaurada no setor da agricultura familiar apresentou grandes contribuições auxiliando o desenvolvimento das atividades agrícolas com a apropriação de inovações tecnológicas para melhorar o desempenho econômico resultando no aumento da produtividade da terra. Contraditoriamente à evolução da tecnologia produtiva no campo, a condição do sujeito agricultor ainda não conseguiu ser superada, e agora constitui uma das questões preocupantes no que tange a reprodução da agricultura familiar e sua continuidade.

A produção agrícola encontra-se vulnerável em Municípios de base econômica agrícola, pela queda na eficiência e ausência de alguns tipos de cultivos característicos da produção em pequena escala. Fato ocasionado pela falta de mão de obra no âmbito familiar por que os filhos não permaneceram no meio rural e também pela indisponibilidade de mão de



obra qualificada externa para o desempenho de atividades consideradas simples. Como consequência ocorre uma queda na produção alimentar diversificada e de qualidade que, evidentemente, reflete na quantidade disponibilizada para o mercado consumidor urbano.

O Município de Canguçu, inserido na metade sul do Estado do Rio Grande do Sul, tem sua economia oriunda do setor primário baseada na agricultura familiar. Este, possui a especificidade de ser o maior concentrador de minifúndios<sup>1</sup> da América Latina. Na condição fundiária, apresentada pelos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), destaca-se a concentração de imóveis rurais com áreas inferiores ao módulo rural vigente no município que é de 16,4 hectares.

## 1. O levantamento empírico

Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizou-se como metodologia o trabalho de campo com uma amostragem de 80 propriedades visitadas, com 79 entrevistas realizadas aos agricultores pais, 10 entrevistas com os filhos que trabalhavam com os pais na mesma propriedade e 96 estudantes do curso técnico em agricultura da Escola Técnica Canguçu por meio de entrevistas estruturadas. A escolha das propriedades e dos agricultores para a realização das entrevistas foi de forma aleatória distribuídas nos cinco distritos, priorizando-se as propriedades com maior proximidade uma das outras, mas com os mais diversos tipos de atividade agrícola. A pesquisa empírica foi realizada com a aplicação de entrevistas semiestruturadas por meio de visitas as propriedades permitindo conhecer a realidade dos agricultores e ouvir suas percepções e perspectivas quanto à continuidade da reprodução agrícola.

Quanto à utilização de entrevista Ramires (2003, p. 286), ressalta que mesmo

[...] contribuindo para a obtenção de dados referentes a diferentes aspectos do modo de vida e também de suas relações sociais, sendo que estas ainda estão sendo desenvolvidas podendo inclusive ter mais elementos agregados no decorrer da pesquisa, conforme a acessibilidade e a viabilidade encontrada no campo de estudos planejados previamente.

A investigação revelou às condições internas de cada grupo familiar e principalmente as racionalidades adotadas na reprodução agrícola a partir do reconhecimento da

---

<sup>1</sup> A Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964, artigo 4º, IV – define por “minifúndio”, o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar.



disponibilidade de diversos fatores como mão de obra, insumos e principalmente da disponibilidade de terra para ser utilizada para a produção agrícola. Conforme Silva e Mendes (2013, p. 213):

Nos estudos rurais, a entrevista é uma técnica de investigação capaz de oferecer ao pesquisador as características peculiares de cada contexto, tanto no âmbito socioeconômico quanto no cultural. Por intermédio dela, é possível conhecer como as pessoas pensam e agem e no que acreditam, bem como são considerados seus valores, sentimentos e símbolos vivenciados no cotidiano.

## 2. O embasamento teórico

O progresso na reprodução da agricultura e a especialização das técnicas não superaram a condição do sujeito na gestão e na operacionalização das atividades agrícolas, principalmente quanto se encontra proporcionalmente em escala menor e sua reprodução, que depende da aplicabilidade do trabalho humano, depara-se atualmente com a falta de mão de obra, comprometendo a sua eficiência produtiva principalmente em propriedades que adotam a diversificação de cultivos que visam atender a demanda alimentar.

Opondo-se a modernização vigente, o saber agrícola tradicional se recupera timidamente por meio da produção agroecológica e introduz-se em propriedades cuja condição exploratória se alia à preservação ambiental, dos quais também fazem parte os saberes históricos que são preservados pela tradição, passando-se a se revalorizar estas técnicas que contrastam com a lógica moderna de produção agrícola massiva com exaustão do solo. Este modelo de produção mais sustentável passa a ser considerada uma das formas críticas à modernização corrosiva no desenvolvimento da agricultura.

Os resultados dos avanços técnicos tão comemorados quanto a exploração primária na agricultura familiar contrastam com a falta de pessoas aptas a reproduzir as atividades no meio rural, condição acentuada severamente pelo baixo número de descendentes de agricultores que queiram permanecer na profissão de agricultores e dar continuidade ao trabalho exercido pelos pais, afetando o processo sucessório. A sucessão, ainda é um dos mecanismos de transmissão patrimonial adotado pelas famílias na agricultura permitindo a continuidade da reprodução agrícola permitindo aliar-se a racionalidade subjetiva que envolve o grupo familiar através de seus conhecimentos tradicionais constituindo as suas particularidades.

Além de suas peculiaridades, a agricultura familiar deve ser analisada sem desarticulá-



la do mercado consumidor, sendo responsável pela garantia dos meios de vida da família, por meio da comercialização, influenciando na escolha de um tipo de cultivo principal, que ainda dependerá das condições encontradas em cada propriedade, envolvendo terra disponível para plantio, condições de aquisição de insumos para a implantação das lavouras e mão de obra.

A caracterização conceitual de agricultura familiar surgiu no Brasil na década de 1990, baseado em estudos e pesquisas para nomear a pequena produção rural existente que era definida como camponesa ou pequena produção mercantil. Conforme a Lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006 (artigo 1º)<sup>2</sup>, definindo como:

Agricultor familiar é aquele que não tenha qualquer título, área maior que 4 módulos fiscais; utilize mão de obra da própria família nas atividades econômicas no seu estabelecimento; tenha renda familiar originada do seu estabelecimento ou empreendimento; e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com a própria família.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), em 2009 a agricultura familiar se constitui a partir de três características principais que são: a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família e a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence a família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Para Wanderley (2009), a contribuição no entendimento da definição de agricultura familiar constitui-se por um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares, atribuindo ao campesinato uma forma particular de agricultura familiar, que se constitui enquanto modo específico de produzir e de viver em sociedade. Ainda referente ao entendimento do conceito, pelas palavras de Wanderley (2009) acrescenta-se que a combinação dos fatores família, produção e trabalho é que determinam as condições da obtenção de resultados e da sua constituição interna para garantir a sua reprodução. Por esta reflexão, Wanderley (2009, p. 156), diz que:

O conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela

<sup>2</sup> Regulamenta a agricultura familiar no Brasil.



age econômica e socialmente.

Lamarche (1993, p. 15) ampliou o entendimento desta complexidade destacando que “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda a diversidade”, exigindo uma interação mais ampla dada à composição heterogênea estabelecida no seu desenvolvimento interno, onde prevalecem os objetivos coletivos e subjetivos. Para Abramovay (2009) na agricultura familiar o que determina o comportamento do camponês não é o interesse de cada um dos indivíduos que compõem a família, mas sim as necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar. Percebendo-se por esta concepção, a conflitualidade que compõem a natureza humana por cada sujeito ter vontade própria a partir de suas diferenças, no entanto, no trabalho agrícola familiar a condição limita-o a desenvolver um trabalho coletivo, contribuindo para que ocorra um dos problemas de desagregação do trabalho dentro do âmbito familiar, visto que se vive numa sociedade onde se cultua a competitividade e o acesso ao consumo de forma individualizada.

Para Carneiro (2001) as formas de transmissão de patrimônio se davam pelas condições que se apresentavam de acordo com o contexto histórico, econômico, geográfico, institucional, etc., ocorrendo um ajuste familiar interno para a continuidade do uso do patrimônio construído por antepassados garantindo assim a indivisibilidade como um fator importante para a manutenção da sobrevivência social e econômica do herdeiro que permanecia e preservava o bem recebido.

Carneiro (2001, p. 22) ainda sobre o processo sucessório afirmou que

a transmissão dos direitos sobre a propriedade familiar de uma geração a outra é objeto de múltiplas estratégias que variam de acordo com as condições de cada família, ou seja, com os instrumentos de negociação ou de compensação disponíveis, derivados tanto da sua história específica como da sua inserção na economia e na sociedade.

O entendimento do ajuste interno de cada família se dá pelas razões estratégicas que cada transmissor utiliza na maneira de compensação os demais herdeiros pelo comum acordo, pois a transferência patrimonial conforme a autora “não é vivida sem contradições e tensões” precisando um acordo coletivo em função de um bem só, que é a propriedade familiar, com a qual todos os herdeiros têm ligações afetivas, mas que precisam ser avaliadas pelas razões pautadas na continuidade. A divisão patrimonial entre o número de filhos pode representar a inviabilização da unidade produtiva pela fragmentação com a redução dos recursos individuais.



As formas legais de transmissão patrimonial são definidas por dois tipos de herança:

- a) Sem partilha, quando ocorre a transmissão dos bens a um único herdeiro podendo este ser o filho mais velho, o filho mais jovem ou ainda o filho solteiro que mora e trabalha na propriedade com os pais e;
- b) Por partilha, quando a propriedade é subdividida, ficando a metade com o cônjuge viúvo e o restante em partes iguais para os filhos, porém normalmente os recursos de reprodução agrícola, ficam com apenas um dos herdeiros, deixando os demais subordinados a ele. Em muitos casos, os demais herdeiros acabam fazendo a venda de suas partes para o herdeiro que vai morar na propriedade ou até abandonando o que lhes é de direito, pois, a compartimentação excessiva da terra (minifundização) de certo modo, não possibilita a viabilidade produtiva.

A juventude rural, como parte essencial do estudo sobre o processo sucessório na agricultura familiar requisitou a identificação do que é ser jovem, neste estudo pelos sujeitos que são filhos de agricultores familiares. De acordo com a Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ)<sup>3</sup> e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a idade para a população jovem é compreendida entre 15 e 24 anos. No entanto, o Estatuto da Juventude do Plano Nacional da Juventude, a PEC nº. 42/08 alterou a Constituição Brasileira reconhecendo como jovem a população entre 15 e 29 anos.

### **3. O comportamento sucessório na agricultura familiar de Canguçu**

A agricultura familiar do sul do Brasil, após a década de 70, para Abramovay (1998), já expunha uma dupla ruptura: por um lado, as possibilidades objetivas de formação de novas unidades produtivas, pelas suas limitações e por outro, a grande maioria dos jovens não reproduziam mais o papel dos pais. Surge a questão sucessória então conceituada por Abramovay (1998, p. 36) quando “a formação de uma nova geração de agricultores perde a materialidade com que era vivida até então pelas famílias, pelos indivíduos envolvidos nos

---

<sup>3</sup> Destaca-se que a faixa etária entre 15 e 24 anos utilizada pelo IBGE para designar a população jovem é a mesma compreendida pela Convenção Ibero-Americana de Direitos dos Jovens. Não obstante, o Senado Federal brasileiro aprovou, em 07 de julho de 2010, a Proposta de Emenda a Constituição nº. 42/08 (a chamada PEC da juventude) que elevou a idade para ser definido como jovem no Brasil aos 29 anos. Assim, com a aprovação da PEC nº. 42/08, desde a perspectiva da subjetividade ativa dos direitos e de políticas de Estado, a juventude passa a ser um segmento reconhecido pela vigente Constituição Brasileira e sua faixa etária compreende as pessoas entre 15 e 29 anos de idade.



processos sucessórios e pela própria sociedade”.

Nas propriedades pesquisadas, as racionalidades adotadas na escolha do tipo de exploração já refletem a capacidade da mão-de-obra disponível naquela família, que é percebida pelo dinamismo apresentado pela diversidade das atividades agrícolas desenvolvidas, onde atividades específicas como as relacionadas à produção do tabaco requerem uma maior intensidade de trabalho por alguns períodos do ano.

Enquanto que em outras atividades é possível depender de menor quantidade de mão-de-obra, como no caso do plantio de soja, que utiliza a mecanização em quase a totalidade de seu processo produtivo. A ocupação de pouca área nas propriedades com produções agrícolas demonstram o nível reduzido de mão-de-obra disponível naquela propriedade e com incapacidade de contratação de mão-de-obra temporária para algumas atividades, pela sua indisponibilidade no meio rural, situação que é mais agravada em algumas localidades.

O reconhecimento inicial feito sobre as atividades desenvolvidas por cada família conduziu ao objetivo da pesquisa que permitiram identificar as perspectivas dos agricultores sobre a continuidade da reprodução agrícola em suas propriedades através da sucessão familiar. Conhecer o processo de estabelecimento da sucessão nas famílias ainda é percebido como uma intromissão a um assunto íntimo que só deve ser discutido e decidido no âmbito interno de cada grupo familiar. No entanto, ao serem questionados sobre a continuidade das atividades agrícolas nas propriedades através da permanência dos filhos foram reveladas as principais dificuldades pressentidas no cotidiano, na luta permanente em continuar sendo agricultor e na perspectiva de um futuro em que seus filhos continuem na mesma profissão.

As características agrícolas de cada família e a expectativa dos agricultores quanto à continuidade na agricultura se constituem pelas condições adotadas no processo produtivo em cada propriedade que acaba interferindo na decisão dos filhos em permanecer ou não na propriedade dos pais. A permanência na agricultura pode ocorrer até mesmo em outra propriedade e são delineadas pela capacidade dinâmica no que concerne a geração de renda através de retorno econômico satisfatório na manutenção da estrutura envolvida na atividade.

A determinação do interesse do jovem na agricultura se constitui com o incentivo desde cedo pelos pais através da inserção de atividades mais modernas e estimuladoras baseado no mercado externo com capacidade de recebimento da produção. A responsabilidade na gestão para os pais deve ser gradual e com confiança mútua. Do total de agricultores entrevistados em torno de 60% dizem que podem confiar em seus filhos, mas gostariam de participar das decisões a serem tomadas, e apenas 12% concordam em entregar as decisões para seus filhos totalmente e acreditam que estes estejam aptos a comandar os





negócios da família.

A sucessão para Abramovay (1998) envolve mais que o aprendizado de um ofício, mas a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e instrumentos de trabalho construído a partir do trabalho de toda a família. A preparação de um sucessor é um aprendizado que precisa ser construído desde muito jovem, pois ele toma para si, ao assumir o comando da propriedade, a responsabilidade de gerenciar as condições repassadas por seus pais, envolvendo a lógica materializada pelos bens recebidos e a imaterialidade do saber fazer. Além disso, o processo produtivo de uma propriedade gera despesas na sua implantação com insumos e mão-de-obra que precisam ser pagos ao final de cada safra com o retorno financeiro originado por esta produção. A capacidade de reprodução agrícola dá-se nesse contexto, quando a safra é ruim ou a produção não consegue ser comercializado pelo valor adequado, compromete a implantação de novas lavouras e a manutenção das pessoas envolvidas no trabalho.

As estratégias adotadas em cada família no processo sucessório são construídas a partir de racionalidades próprias com acertos envolvendo apenas os integrantes da família, não se atendo a um regramento externo, pois muitas vezes são regidas por subjetividades e por acordos internos envolvendo os demais descendentes que acabam recebendo compensações diferenciadas quando a condição econômica permite. Quando não há disponibilidade de benefícios aos demais herdeiros e estes já construíram outro meio de viver, há a concessão formalizada em benefício de um dos herdeiros, no caso, o sucessor que ficará também responsável pelo cuidado com os pais quando estiverem idosos e doentes. Esta é uma decisão complexa e conflituosa por envolver sentimentos familiares em, alguns casos, porém necessária, ressaltado por Wortmann (1995), principalmente quando se trata de um patrimônio indiviso.

Atualmente a segurança alimentar é uma preocupação diante do crescimento populacional urbano em ascensão e quanto ao suprimento das necessidades nutricionais através de uma alimentação saudável e de qualidade. No entanto, a agricultura familiar não é representada apenas pela produção alimentar com diferenciada importância social no contexto da sociedade como grupo que mantém através de seu próprio trabalho, os seus meios de produção garantidos pela geração de renda. Porém, mesmo com certa autonomia sobre a gestão de sua propriedade, que é o seu meio de vida, seja pela produção agrícola ou outra atividade primária, o agricultor se sujeita ao capital, influenciando nas estratégias internas adotadas principalmente na escolha do tipo de exploração a ser incorporada ao seu sistema produtivo que deverá estar compatibilizado de acordo com as exigências do mercado. Essa



relação estreita-se no ato da comercialização, representada pelo “acesso” ao mercado por meio da venda da produção que de certa forma o manterá subordinado, determinando assim a perda da sua autonomia na capacidade de comercialização, tornando a sua estrutura produtiva cada vez mais dependente de um sistema criado pelas cadeias industriais.

A composição familiar dos agricultores pesquisados apresenta em média quatro integrantes por família, composto pelo pai, a mãe e dois filhos com raras exceções de núcleos maiores de cinco pessoas e onde nem todas as pessoas da família estão envolvidas no trabalho agrícola. A constituição familiar diminuiu nas famílias e os casais mais jovens planejam ter filhos mais tarde, justificando essa situação pela necessidade da constituição de uma maior estabilidade financeira, para garantirem os estudos adequados e o conforto para seus descendentes. Uma das variáveis mais preocupantes dentro da reprodução da agricultura familiar ocorre pela indisponibilidade de mão de obra no meio rural sendo um dos três fatores decisivos na sua efetivação, juntamente com o capital e a terra comprometendo até mesmo o desenvolvimento de atividades consideradas comuns. Esta falta de mão de obra explica-se parcialmente pelo enfraquecimento da composição dos núcleos familiares que já possuem redução significativa quanto ao número de filhos, e por outro lado, estes acabam saindo ainda jovens para estudar no meio urbano e muitos deles não retornam para o meio rural.

A condição para a saída dos jovens do meio rural para os próprios agricultores é gerada até mesmo dentro do próprio grupo familiar, pois a estagnação da agricultura, as faltas de condições para os pequenos agricultores aliados a falta de incentivos públicos e principalmente a falta de garantia de preços, os leva a incentivarem os seus filhos para outras atividades.

A viabilidade econômica é responsável pelo condicionamento da reprodução social da agricultura familiar. Os poucos recursos financeiros originados principalmente pela inadequação de mercado para comercialização da produção e a ausência de preço justo afasta os descendentes de agricultores a continuarem na profissão dos pais, que sem perspectivas concretas de sobrevivência abandonam o trabalho agrícola indo buscar trabalho em outros segmentos da sociedade.

As condições impostas pelo mercado modificaram a organização produtiva no desenvolvimento da agricultura absorveram e recriaram o processo de reprodução diante de medidas necessárias para que esta seja incorporada ao sistema vigente, onde a acumulação é necessária criando possibilidades de recriar-se às custas do capitalismo. Para MARTINS (1996, p. 19-20),



o capitalismo não só redefine antigas relações sociais, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual e necessárias a esta reprodução. Por esta concepção as relações atrasadas e não capitalistas são reproduzidas e recriadas sob o domínio do capital e necessárias para a acumulação capitalista.

A modernização imposta por este sistema é percebida nas propriedades pesquisadas, naquelas onde se observa maior dinamismo, maior é a relação do agricultor com o receptor de sua produção que se fortifica através do fornecimento de insumos e torna-se cada vez maior a dependência de mais força de trabalho. O desenvolvimento tão desejado exige a intensificação de trabalho dos integrantes da família na medida em que visam atender demandas de empresas reguladoras da condição produtiva a que se submetem em troca de um lucro maior. São relações que se expressam principalmente na dependência de empresas multinacionais que ao mesmo tempo em que financiam, expropriad as condições do trabalhador.

Para SANTOS (2005, p. 67), “[...] a política agora é feita no mercado. Só que esse mercado global não existe como ator, mas como uma ideologia, um símbolo. Os atores são as empresas globais que não tem preocupações éticas, nem finalísticas”.

O mercado, uma ferramenta invisível que determina e comanda as condições de reprodução na agricultura através da globalização apoia-se num discurso onde a técnica e a ciência seriam capazes de minimizarem os problemas. A confusa relação com mercado que não corresponde as suas necessidades acaba deixando o agricultor à margem, pois o mercado moderno e amplo visa o lucro e a agilização dos processos, sem ter nenhuma preocupação com a origem produtiva e nas questões sociais envolvidas. Além do mais apresenta consequências na relação do homem e natureza.

A opressão sobre o agricultor através do sistema agrícola vigente é inerente àqueles que detêm menor capacidade reprodutiva e a condição de inferioridade foi percebida durante a pesquisa de campo, através das palavras de um agricultor que não permitiu ser identificado nominalmente, e como se desabafasse expressou sua vontade em relação ao futuro do filho: “eu disse pro meu filho, quero que ele estude, pra não ser como eu... um arrancador de toco...”. Na afirmação forte do agricultor ao falar sobre o futuro do filho, se percebe a frustração de uma pessoa que durante a sua vida apenas soube ser agricultor; a penosidade do trabalho agrícola esta estampada no seu rosto e nas suas mãos calejadas, este sujeito pretende apenas a recompensa pelo trabalho despendido ao longo do ano, através de mercado e preço justo pela sua produção. E o que faltou para que este sujeito não se desenvolvesse, não tivesse o mínimo de progresso em suas atividades? Seria esta condição em muitos casos, resultado da



ineficiência na concessão e distribuição de recursos públicos para esta classe na promoção do seu desenvolvimento?

Os agricultores com menores recursos financeiros e de menor capacidade de reprodução, são os maiores incentivadores da saída dos filhos, a migração em primeiro momento é justificada pelo objetivo de dar estudos para os filhos, pois na agricultura as perspectivas são limitadas até mesmo para os mais velhos. E nestes casos muitas vezes são os filhos que trabalham em outras atividades, amparam os pais na velhice e na doença.

A sucessão familiar no contexto da agricultura do município de Canguçu se constitui distintamente, estando submetida à reprodução agrícola desenvolvida nas propriedades pesquisadas. As racionalidades adotadas pelas famílias influenciam na permanência dos seus filhos na continuidade da atividade agrícola apresentando-se propriedades com maior possibilidade sucessória, propriedades com média possibilidade sucessória e propriedades com menor possibilidade sucessória.

As propriedades com maior possibilidade sucessória são as que possuem um maior aporte estrutural para o desenvolvimento das atividades agrícolas, a partir da intensidade das atividades realizadas que podem ser desenvolvidas integradas a agroindústrias, como é o caso do tabaco e pelo plantio de soja e milho. Nestas propriedades observou-se também o cultivo de áreas menores para o sustento doméstico servindo para o abastecimento alimentar da família e para a alimentação de animais. Em boa parte das propriedades que adotam este tipo de produção agrícola é baseada em técnicas mais modernas e semiespecializadas, por visarem a comercialização interna e para o comércio exterior. Conforme os agricultores pesquisados neste grupo observou-se que 90% das famílias entrevistadas responderam que a sucessão está sendo constituída através de um dos filhos com incentivos para que permaneçam. Quando mais filhos apresentam interesse de continuarem na agricultura são adotadas medidas que favoreçam a continuidade dos mesmos por meio de auxílios para a compra de terras, construção de casas etc. Assim, 8% dos entrevistados ainda não sabem sobre o futuro sucessório na propriedade, pois os filhos ainda são pequenos enquanto que 2% do total dos agricultores pesquisados pensam em vender a propriedade, pois os filhos trabalham em outros setores da economia.

As propriedades com média possibilidade são representadas por dois grupos diferenciados no modo de desenvolver as atividades agrícolas: agricultores que produzem alimentos orgânicos diversificados e agricultores com produção diversificada e produção leiteira.

A agricultura orgânica baseada em uma lógica ambiental e social, com a minimização



do uso dos recursos naturais desenvolvida pela organização coletiva e participativa. São cultivos realizados ocupando áreas menores em relação às demais propriedades pesquisadas, permitindo a rotação de áreas desses cultivos além de manter a biodiversidade natural promovendo o equilíbrio entre a produção vegetativa. Quanto aos agricultores que adotam a produção diversificada em suas propriedades, realizam a produção de alimentos, elegendo um produto que tenha maior importância econômica sendo destinado à comercialização. A preocupação com a comercialização da produção diversificada é um fator recorrente em todas as famílias pesquisadas e neste sentido a organização coletiva é uma ferramenta importante que auxilia nas vendas para entidades, para restaurantes pela capacidade de disponibilidade de atender as necessidades de maiores quantidades e também aos programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Os agricultores que não estão organizados coletivamente passam por maiores dificuldades em comercializar seus produtos, criando em muitos casos dependências de atravessadores, que atualmente não apresentam grande interesse em comprar quantidades menores. Segundo os agricultores apenas a compra do feijão interessa a estes compradores, por ainda ser um produto com valor mais elevado. Os produtos mais perecíveis apenas são comercializados quando existe um acordo prévio de venda para os mercados menores na cidade, mas o agricultor precisa levar a produção até lá.

De acordo com os agricultores pesquisados neste grupo, 48% das famílias dizem estar incentivando os filhos para a permanência na propriedade na condição de agricultor; 22 % gostariam que a propriedade ficasse com os filhos mesmo sem apresentarem ainda a vontade de continuar na atividade agrícola; 25% dos agricultores ainda não sabem sobre o futuro da propriedade e 5% pensam em vender a propriedade quando estiverem mais velhos.

As propriedades com menor possibilidade sucessória são representadas por dois grupos de agricultores distintos no desenvolvimento das atividades agrícolas. Os que realizam suas atividades agrícolas de modo convencional diversificado e os agricultores assentados oriundos da reforma agrária com o desenvolvimento de atividades agrícolas apoiadas nos princípios da sustentabilidade.

Os agricultores com produção convencional diversificada deste grupo estão estabelecidos em propriedades com condições estruturais em termos tecnológicos mais instáveis e pouca disponibilidade de área para a produção agrícola, além de solos com baixa fertilidade, utilizando-se de instrumentos mais rudimentares para o trabalho, sendo bastante comum a utilização da tração animal no preparo da terra para a realização do plantio.



A diversificação produtiva compõe-se pelo plantio de milho, feijão, leguminosas, frutíferas e pastagens para a criação de animais que incrementam a subsistência da família. O milho além de ser cultivado para a comercialização tem uma parcela retida na propriedade para ser consumido na alimentação dos animais.

A rotina dos agricultores também é complementada com atividades externas às propriedades através de tarefas incluídas principalmente em períodos com menor trabalho nos afazeres da produção própria através de diferentes afazeres como: prestações de serviços para outros agricultores nos plantios e colheitas, serviços de construção de aramados, pedreiros, cuidadores de campo, serventes de pedreiro e como mão-de-obra em outras propriedades como trabalhadores diaristas. As agricultoras também realizam trabalhos externos nestes períodos de intervalos nas produções próprias, realizando trabalhos como diaristas nas colheitas das propriedades agrícolas vizinhas, faxinas nas casas da redondeza e na cidade, limpezas de pátios e também desenvolvem artesanatos que são comercializados em suas casas. Essas estratégias de reprodução dentro do âmbito da agricultura familiar são adaptadas às transformações da sociedade que estabelecem novas condições de sobrevivência denominadas como pluriativos<sup>4</sup>.

A agricultura familiar nas propriedades de assentamentos da reforma agrária é baseada na diversificação de cultivos, principalmente da produção de alimentos, baseados em princípios da sustentabilidade ambiental e social. O incentivo a organização coletiva se dá através do ideal cooperativista para promover a inserção da produção no mercado institucional e privado que é realizada através da Cooperativa Terra Nova que atualmente é constituída pela associação de 23 famílias.

De acordo com os agricultores pesquisados, quanto ao futuro sucessório na propriedade para o futuro, 25% dos entrevistados gostariam que os filhos continuassem 25% não sabem o que vão fazer no futuro, mas não irão vender a propriedade, deixarão a decisão final para os herdeiros, nesta condição inserem-se os assentados. Das demais propriedades 20% pensam em vender suas propriedades e adquirir imóveis na cidade ou próximo aos filhos, 15% irão arrendar a propriedade para agregar maior renda à aposentadoria e 15% ainda não sabem o que vão fazer em relação a continuidade das atividades na propriedade.

Dos 96 jovens estudantes entrevistados, 45 gostariam de fazer a sucessão. Entretanto, este desejo de permanecer baseia-se num tipo de exploração agrícola muitas vezes diferente

---

<sup>4</sup> A pluriatividade refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelos quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécies e transferências (SCHENEIDER, 2003).



da encontrada nas propriedades, podendo causar ruptura no tipo de exploração desenvolvida pela família. O jovem demonstrou interesse em desenvolver uma agricultura mais dinamizada ao longo do ano e perene, prevalecendo a inserção de novos projetos e ações múltiplas que permitam proporcionar uma relação aproximada com o mercado consumidor.

## **Algumas considerações**

O processo sucessório, um assunto que era discutido apenas na intimidade dos núcleos familiares hoje é alvo de preocupação dos agricultores, das entidades ligadas ao setor e também um enigmático assunto para os estudiosos. A continuidade na agricultura por este modo não se atém a modelos, pois cada espaço ocupado na sua reprodução traz em seu contexto razões que fogem da racionalidade determinando motivos próprios de cada sujeito que busca se estabilizar numa sociedade regida pela lógica capitalista, tornando este campo de estudo tão complexo, constituindo-se a partir de uma agricultura fundamentada na viabilização econômica que acaba influenciando a questão social no meio rural.

Cabe destacar que os resultados foram divididos em grupos para demonstrar a diferenciação observada no comportamento dos agricultores para delinear a dinâmica sucessória interna. A partir das variáveis determinadas para o desenvolvimento da pesquisa de campo observou-se que o comportamento sucessório adotado pelas famílias é constituído pela organização produtiva desenvolvida nas propriedades prevalecendo a capacidade reprodutiva de cada núcleo familiar. Esta capacidade reprodutiva é orientada pelas racionalidades adotadas pelos agricultores considerando-se fatores internos e externos. Os fatores internos considerados se dão pela disponibilidade de mão de obra familiar, planejamento adotado e recursos disponíveis, enquanto que os fatores externos se dão pelas condições ambientais climáticas, qualidade da terra disponível para plantio considerando-se o relevo e a fertilidade natural do solo e o acesso à comercialização.

Os resultados da pesquisa apontam que as famílias do município que desenvolvem uma agricultura com maior rentabilidade acumulada e com a reprodução dos cultivos de fumo, soja, milho e feijão além de aplicação de um maior grau de modernização por meio do acesso a inserção de tecnologias apropriadas acabam criando melhores condições de permanência dos jovens que desde cedo começam a ter seu futuro organizado na agricultura, incentivados pelos pais. Esta condição atribui-se a melhoria de renda gerada por estes tipos de



cultivos, permitindo que sejam compradas mais terras, melhorias nas condições estruturais da propriedade com a inserção de maquinários e equipamentos mais modernos auxiliando para que o trabalho agrícola se torne menos penoso e mais eficiente. São estas propriedades que apresentaram na pesquisa as maiores possibilidades sucessórias.

As propriedades com produção diversificada apresentam média possibilidade sucessória quanto à manutenção dos filhos nas atividades agrícolas, destacam-se pela produção orgânica e sua organização social através do associativismo possibilitando o acesso ao mercado consumidor com um dinamismo produtivo constante, possibilitando constante geração de renda. Nestas propriedades constatou-se que os jovens também são responsáveis pela inserção de sistemas de produção diferenciados, sem o uso de insumos sintéticos e agrotóxicos que são somados a sabedoria dos pais no desenvolvimento de uma produção agrícola diferenciada e saudável.

A produção leiteira desenvolvida é integrada as agroindústrias em sistema cooperativo, com capacidade de geração de renda mensal, proporcionando aos agricultores desta forma uma maior dinamização de plantios que normalmente são voltados à atividade principal. Com o melhoramento genético e as adequações para atender a demanda normativa dos padrões exigidos pelo mercado são assistidos e incentivados pela assistência técnica das cooperativas. Esta atividade desenvolvida independente da produção agrícola não consegue reter muitos filhos de agricultores no meio rural, condição declarada pelos agricultores, acentuada pelo baixo preço de mercado para o litro de leite que contrasta com os altos investimentos iniciais necessários para a atividade. Conforme declarado por um agricultor é uma atividade que proporciona uma regularidade na manutenção mensal principalmente nos períodos de entressafas.

A menor possibilidade sucessória foi encontrada em propriedades com pouca produção diversificada e baixos rendimentos anuais pela produção agrícola. Outras atividades externas são inseridas para a manutenção das famílias no meio rural. De acordo com os dados coletados em 10 propriedades deste grupo, apenas em duas havia a possibilidade de continuidade na atividade agrícola e esta possibilidade poderia ser modificada em caso de surgimento de uma oportunidade melhor de trabalho ocorrendo o deslocamento para outra atividade econômica. Na maioria das casas, os filhos já não se encontravam mais morando com os pais, por terem se deslocado para a cidade para continuarem seus estudos ou já realizavam outro ofício, com exceção dos casais mais jovens com filhos pequenos ainda, que de acordo com estes pais, eles recebem estímulos desde cedo para os estudos, para não continuarem no futuro com o trabalho agrícola.





A preocupação com a permanência dos jovens e a sucessão familiar causa preocupação aos agricultores assentados da reforma agrária pelo pouco interesse demonstrado pelos filhos em permanecerem na agricultura, que normalmente saem para a complementação dos estudos. O incentivo à modernização de acordo com as necessidades de cada família e a organização coletiva baseada no cooperativismo é percebido como uma forma de contribuir na consolidação da agricultura familiar através de resultados econômicos positivos viabilizando a continuidade das atividades agrícolas diversificadas e incentivando a permanência dos jovens nas propriedades dos pais e na agricultura.

Da mesma forma, na concepção dos jovens estudantes da escola agrícola ETEC, a sucessão é uma possibilidade quando passa a ser desenvolvida com a inserção de tecnologias modernas, condição apresentada pela maioria dos estudantes entrevistados, seguido pela inserção nas propriedades da produção de alimentos orgânicos e de novos projetos, que permitam uma melhor rotatividade de atividades e geração de rendas ao longo do ano.

A discussão sobre o processo sucessório também faz parte das discussões de entidades do município que buscam a ampliação da discussão apresentando-o como um problema capaz de afetar a condição produtiva de muitas propriedades agrícolas. Neste sentido, são realizadas ações envolvendo os jovens filhos de agricultores, por meio do debate político sobre a realidade sucessória encontrada também em âmbito estadual e nacional, e na construção de projetos voltados as necessidades e perspectivas dos jovens para se manterem no meio rural.

As transformações que vem ocorrendo na agricultura são decorrentes da mudança na relação da sociedade com seus sujeitos agricultores decorrentes de modernos modos de vida que primam pelo consumo exigindo um dinamismo diferenciado na questão da rentabilidade ao qual o calendário natural de muitas atividades agrícolas não consegue suprir. O acesso às facilidades da vida urbana pela disposição de trabalho, educação e crescimento social, são estímulos para os jovens irem para as cidades.

O abandono do campo pelos mais jovens, muitas vezes não é apenas fruto de uma opção pessoal, porém, torna-se uma necessidade no sentido de buscar condições que o afirmem diante da sociedade, por ser o período da juventude um marco, onde normalmente o homem e a mulher definem os rumos para o futuro.

A sucessão para ser constituída vai além da vontade do jovem permanecer no meio rural, são inúmeros fatores que determinam a sua saída, não se vive apenas de sonhos, a realidade no cotidiano dos que vivem no meio rural assemelha-se aos desejos dos sujeitos que vivem no meio urbano. Não podemos pensar num meio de vida retrógrado para estes jovens, ele se comunica, interage com o meio externo, mas ainda guarda em si tradições e costumes



oriundos do meio em que foi criado. A guarda de conhecimentos herdados dos antepassados convive harmonicamente com a modernidade a qual ele tem acesso.

A modernização nas atividades agrícolas citada recorrentemente pelos jovens e também expresso por muitos pais é um desejo, e este desejo poderá ser o de permanência, interligando as formas de fazer agricultura de acordo com a sua necessidade e sua possibilidade.

O crédito rural é uma das formas de estímulo a permanência na agricultura, estimulando investimentos no quadro estrutural das propriedades e principalmente na modernização que poderão fortalecer a dinâmica sucessória de cada família.

A imposição de modelos prontos talvez seja o maior inimigo para a realidade agrícola desenvolvida no município, que possui características heterogêneas quanto a sua capacidade produtiva. A intervenção realizada através de instituições de fomento é insuficiente e quando ocorre é alterada pela inadequação de assistência técnica desfavoráveis no êxito de projetos que possam a vir impulsionar o desenvolvimento local. A revalorização da agricultura precisa acontecer por meio de uma organização coletiva que promova a discussão política quanto ao empoderamento do agricultor, modificando um paradigma que banaliza a agricultura local, com uma educação voltada à igualdade, onde todas as particularidades sociais, políticas, ambientais e econômicas sejam consideradas independente do meio no qual o sujeito se insere.

A escola tem a capacidade de promover mudanças conceituais desde que ela esteja localizada no lugar onde deveria estar, isto é, nunca longe das crianças rurais, que hoje desde muito jovens aprendem a deixar para trás o seu ambiente, condições facilitadas pelo transporte escolar. Além disso, noções de solidariedade, de cooperação e de igualdade também compõem a formação juntamente com o currículo escolar obrigatório e poderiam reformular a mentalidade constituída baseada em ideais consumistas e idealizadas no sistema urbano.

A falta de preços para os produtos de a base alimentar, de um mercado adequado e falta de reconhecimento do valor da produção são os principais desmotivadores citados pelos agricultores, considerados como os principais problemas e que desencadeiam o afastamento dos filhos da agricultura familiar sendo agravados pelo aumento no custo de vida no meio rural. Não há perspectivas de um projeto alternativo nas propriedades como gerador de renda que se contraponha ao atual, ainda trabalha-se sob o eixo base da agricultura baseada na produção de milho e de feijão, que está enfraquecido perante a super valorização da agricultura baseada na produção de fumo e soja.



A continuidade da agricultura por meio da sucessão familiar precisa ser avaliada com constantes reflexões onde além dos estímulos propostos atualmente através de investimentos para o incremento nas produções agrícolas, comercialização e ampliação fundiária. Necessariamente precisam ser consideradas as condições humanas do agricultor através da reformulação de ideias pré-concebidas, baseada na elevação das condições de vida, onde as melhorias sociais inegavelmente perpassam pelas condições econômicas. O sujeito agricultor além de conviver com as instabilidades estruturais impostas por um sistema ainda falho, precisa lutar pela superação do paradigma da cultura do atraso imposta a agricultura de menores proporções.



## Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo (coord.); SILVESTRO, Milton; CORTINA, Nelson; BALDISSERA, Ivan Tadeu; FERRARI, Dilvan; TESTA, Vilson Marcos. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: UNESCO, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131546PORb.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2014.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed. Campinas: Hucitec/Unicamp, 1998.
- \_\_\_\_\_. *O futuro das regiões rurais*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- CARNEIRO, Maria José. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. Teixeira da Silva, F.C., SANTOS, Raimundo, COSTA, Luís Flávio de Carvalho (org.). *Mundo Rural e Política*. Rio de Janeiro: Campus/Pronex, 1998.
- CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, v. 9, n. 1, p. 22-54, jul.-dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8602.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2014.
- LAMARCHE, Hugues (coord.). *A Agricultura familiar: comparação internacional*. Tradução de Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993.
- RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (org.). *Geografia e pesquisa qualitativa nos trilhos da investigação*. Uberlândia: Assis, 2003.
- SANTOS, Milton. Da política dos Estados à política das Empresas. In: SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: MARAFON, Gláucio José; RAMIRES, Julio Cesar de Lima; RIBEIRO, Miguel Angelo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (org.). *Pesquisa Qualitativa em Geografia: reflexões teórico-conceituais aplicadas*. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.



WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A Modernização sob o comando da terra: os impasses da agricultura moderna no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *O mundo rural como espaço de vida*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 45-67.

\_\_\_\_\_. Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira. In: \_\_\_\_\_. *O mundo rural como espaço de vida*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 25-43.

